

Notícias: junho a abril de 2010

Serviço Florestal apresenta sistema de monitoramento das concessões florestais

As concessões de áreas para manejo florestal serão monitoradas conjuntamente pelo Serviço Florestal Brasileiro, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Representantes destes órgãos apresentaram no dia 23 de junho, para organizações da sociedade civil, o modelo de monitoramento a ser aplicado quando iniciar o manejo nas florestas sob regime de concessão.

"A sociedade tem grande expectativa sobre como funcionarão as concessões florestais na Amazônia. É constante o questionamento sobre as condições do Brasil de monitorar estas áreas, sendo fundamental a transparência nesse processo para demonstrar nossa capacidade." explica o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel. Na avaliação do diretor, o monitoramento das concessões se baseia em cinco pilares: a consistente base legal brasileira para o manejo florestal; a estrutura funcional e organizacional dos órgãos ambientais; as ferramentas de controle e monitoramento; a transparência e acessibilidade das instruções processuais e abertura à participação dos diversos segmentos interessados. Para Hummel, as dificuldades relacionadas às concessões florestais em outros países ocorreram em função da fragilidade de instituições, da falta de controle social e transparência e, principalmente, por causa da falta de fiscalização dos contratos. "No Brasil, temos estrutura necessária para monitorar as concessões", completa.

Cada órgão ambiental federal cumprirá um papel específico em relação ao monitoramento das concessões. Ao Serviço Florestal cabe monitorar os contratos: tanto os aspectos jurídicos, quanto o cumprimento das cláusulas sobre preço e questões técnicas (investimentos socioeconômicos, redução de danos ambientais etc.). O ICMBio - gestor das Unidades de Conservação (UCs) - atua, principalmente, nas ações prévias às concessões, como a elaboração dos planos de manejo das UCs. O órgão também é responsável por apoiar a criação e funcionamento dos Conselhos Consultivos das Unidades, que constituem o espaço local de controle social das áreas sob concessão florestal. O Ibama tem a função de aprovar os Planos de Manejo Florestal apresentados pelos concessionários e fiscalizar se os planos estão sendo executados de acordo com a legislação vigente. O órgão possui mecanismos para monitorar as fases pré-exploratória (abertura de picadas, inventário florestal...), exploratória (corte de árvores, arraste...) e pós-exploratória (proteção florestal, manutenção da infra-estrutura...).

Parâmetros e sistemas de monitoramento

O Ibama e o Serviço Florestal informaram como funcionará o monitoramento durante a exploração das áreas sob concessão. Para verificar se as empresas estão respeitando os parâmetros legais do manejo florestal, o Ibama realizará vistorias nas áreas a serem exploradas.

A vistoria observará 140 itens que estão definidos na Norma de Execução nº 1/2006 do Ibama. Serão verificados aspectos como a dimensão das estradas e dos pátios de estocagem das toras, o respeito às Áreas de Proteção Permanente e a manutenção de um número mínimo de árvores por espécies para que a biodiversidade na área seja preservada.

A gerente-executiva de Monitoramento e Auditorias do Serviço Florestal, Anna Fanzeres, apresentou as ferramentas que serão utilizadas para monitorar as obrigações contratuais. Foram elaborados quatro documentos para garantir o controle e a transparência das atividades durante o período de exploração. Dois documentos detalham os procedimentos do monitoramento; um, reúne as referências técnicas e legais que balizam o controle; e o quarto é um manual que orienta os concessionários como cumprir as obrigações contratuais. "Além de registrar os procedimentos, nos preocupamos em construir sistemas informatizados para facilitar o monitoramento dessas áreas", explicou Anna. O Serviço Florestal desenvolveu um sistema de Monitoramento e Rastreamento de Veículos de Transporte de Produtos Florestais e um sistema de Cadeia de Custódia, que rastreará a saída das toras até o primeiro local de processamento.

"Para as organizações da sociedade civil que fazem parte dos conselhos consultivos é muito importante ter acesso aos dados obtidos nesse monitoramento." apontou a representante da WWF-Brasil, Elektra Rocha. O representante do The Nature Conservancy (TNC), Reinaldo Lourival, sugeriu - como forma de publicidade e reflexão sobre os dados do monitoramento - que os centros de pesquisa e ensino sejam envolvidos nesse processo. Esta articulação com os pesquisadores já foi iniciada. Em abril, um seminário em Porto Velho reuniu concessionários, pesquisadores e órgãos ambientais para discutir pesquisas sobre o monitoramento dos impactos das concessões sobre a biodiversidade.

Para o bom desempenho do monitoramento das concessões florestais, o diretor do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor), Jorge Yared, destacou que os órgãos federais também devem apoiar as concessões florestais realizadas pelos governos estaduais. "Os esforços conjuntos do ICMBio, Ibama e Serviço Florestal permitirão que se tenha o controle das concessões de forma integrada ao controle pelos órgãos dos estados e pela sociedade civil", destacou o diretor de Unidades de

Conservação de Uso Sustentável do ICMBio, Paulo Maier. O diretor do Serviço Florestal, Antônio Hummel, reforçou que a atuação dos órgãos ambientais nas Unidades de Conservação de uso sustentável e nas áreas sob concessão é imprescindível para que o monitoramento funcione e para que as essas áreas cumpram sua missão.

Publicado: quarta-feira, 30 de junho de 2010, 14h23.

Comunitários propõem ações para Plano de Apoio ao Manejo 2011

Em encontro no Acre, incentivos fiscais, crédito e regulamentação do manejo em várzea foram alguns dos temas colocados

A adoção de incentivos fiscais para produtos do manejo florestal comunitário poderia facilitar a comercialização e dar acesso a mais mercados. Essa foi uma das demandas apresentadas por organizações da sociedade civil ao Comitê Gestor do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - do qual participa o Serviço Florestal Brasileiro - durante a I Semana Amazônica de Manejo Florestal Comunitário, que reuniu representantes do governo, comunitários e membros da sociedade civil dos dias 8 a 11 de junho em Rio Branco (Acre).

"As contribuições colhidas neste evento vão nos ajudar a pensar no Plano Anual de Manejo Comunitário 2011. Vamos construí-lo com base nas sugestões recebidas", diz a coordenadora de Inclusão Florestal do Serviço Florestal, Andrea Oncala. O comitê gestor é composto ainda pelos ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Além da questão tributária, os participantes levantaram a necessidade de regulamentação do manejo em várzeas - áreas na margem dos rios e igarapés que alagam em época de chuva e são bastante utilizados para manejo - e da regulamentação sobre o uso de serrarias móveis dentro de unidades de conservação e assentamentos. Também foram abordadas questões sobre o prazo para aprovação dos planos de manejo, assistência técnica florestal e crédito específico para essa atividade pelos comunitários.

Segundo Andrea, alguns desses gargalos inovam em relação ao que tem sido demandado nos últimos anos pelos manejadores, demonstrando que o manejo florestal comunitário tem se expandido e, as demandas, se tornado mais complexas.

A I Semana de Manejo promoveu o intercâmbio de informações sobre manejo florestal comunitário e abrigou reunião sobre o Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar 2011- que contou a participação do grupo de trabalho formado por 11

entidades representativas da sociedade civil. Eles subsidiam o Comitê Gestor na construção do Plano.

Gargalos

Para que o manejo se fortaleça como uma alternativa de renda e de uso sustentável da floresta é preciso superar obstáculos como a dificuldade na aprovação dos planos de manejo florestais, segundo o grupo de trabalho.

Para os manejadores, alcançar esse objetivo passa pelo fortalecimento institucional na forma da contratação e capacitação de mais técnicos nas organizações estaduais de meio ambiente, e da criação de balcões diferenciados de atendimento para os comunitários.

Segundo Claudia Azevedo-Ramos, diretora do Serviço Florestal Brasileiro, hoje para se fazer manejo florestal comunitário em áreas públicas, o interessado precisa lidar com muitas instituições governamentais: uma é gestora da área, a outra é responsável por aprovação de planos de manejo e licenças ambientais, outra faz fomento e todas querem monitorar as atividades. "Isso ao invés de incentivar, causa confusão e atrasos na promoção de atividades produtivas. Uma revisão objetiva desse tipo de gestão é prioritária", sustenta Claudia.

Os demais gargalos, de acordo com o grupo, estão no crédito e financiamento e no fortalecimento da assistência técnica. Segundo os comunitários, há necessidade de um instrumento de crédito que destine os recursos essencialmente para a atividade de manejo de espécies nativas, dentro do setor florestal.

O Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar 2011 dará continuidade às ações de apoio ao manejo iniciadas com o Plano 2010, que traçou 10 ações prioritárias com alcance em 85 municípios e envolvimento de quase 18 mil famílias. O Plano põe em prática o Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instituído pelo Decreto 6.874/09, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Publicado: terça-feira, 29 de junho de 2010, 14h28.

Plano Anual de Manejo Familiar fortalece extrativismo

Serviço Florestal apresentou resultados da política em evento paralelo à VII Feira Nacional da Agricultura Familiar em Brasília

O extrativismo vegetal ganhou impulso com o Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar, que sistematizou um conjunto de ações para fortalecer o manejo da floresta por comunidades. Os benefícios e resultados já alcançados com o Plano foram apresentados pelo Serviço Florestal Brasileiro no Seminário Extrativismo

Sustentável 2010, que ocorreu em paralelo à VII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

"A atividade extrativista tem mudado muito nos últimos anos. Por um lado os extrativistas estão mais organizados, suas lutas tiveram muitos resultados. Estão hoje realmente praticando o manejo de várias espécies. O governo federal reconheceu isso, criando uma política de preços para alguns produtos da sociobiodiversidade e com o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar", diz a gerente de Florestas Comunitárias do Serviço Florestal, Márcia Muchagata.

O Plano apóia comunidades na Amazônia que trabalham com os principais produtos da sociobiodiversidade. Os comunitários da Floresta Nacional Humaitá, no Amazonas, por exemplo, vendem açaí e vão contar com diagnóstico e arranjo produtivo da cadeia para melhorar a comercialização. O açaí é o produto do extrativismo que teve o maior valor de produção em 2008 segundo o IBGE, no valor de R\$ 133 milhões.

No Maranhão, estado que concentra 94% da produção de babaçu, o Serviço Florestal vai ajudar as comunidades do Médio Mearim no fortalecimento da cadeia produtiva. Em relação à castanha, o apoio vai para as comunidades quilombolas que vivem no Alto Trombetas, em Oriximiná, no Pará. O município é um dos 10 maiores produtores da castanha.

Além de desenvolver atividades que auxiliam diretamente a comunidade na comercialização desses produtos, o Plano estabelece ações em outras esferas que têm relação com o extrativismo. Há cursos para líderes comunitários sobre gestão financeira e administrativa dos empreendimentos, capacitação em boas práticas e regularização ambiental, por exemplo.

O Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar é elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do Serviço Florestal, e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com participação da sociedade civil organizada, em um grupo de trabalho formado por 11 instituições representativas do setor.

Serviço

Seminário Extrativismo Sustentável em 2010

Painel - Políticas Públicas de Promoção da Sociobiodiversidade

Local: Bay Park Resort Hotel - SHTN, Trecho 2, Lote 5

Data: 18 de junho, sexta-feira

Horário: 9h às 13h

Publicado: segunda-feira, 21 de junho de 2010, 14h35.

Serviço Florestal ingressa na Rede Ibero-americana de Florestas Modelo

As Florestas Modelo têm gestão participativa, que traduz as necessidades das comunidades locais em estratégias para o desenvolvimento sustentável.

O Serviço Florestal Brasileiro passou a representar o Brasil na Rede Ibero-americana de Florestas Modelo (RIAFM) desde o dia 10 de junho. A RIAFM promove a cooperação entre Florestas Modelos de 13 países, propiciando o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre comunidades, instituições governamentais e não-governamentais, visando o aprimoramento de políticas públicas voltadas ao manejo sustentável de recursos naturais.

O ingresso do Serviço Florestal foi aprovado por unanimidade durante a reunião da diretoria da RIAFM que ocorreu dia 10, na sequência do Seminário Ibero-americano "Conhecendo Bosques Modelos", realizado em São Lourenço, Minas Gerais, nos dias 8 e 9 de junho.

Uma Floresta ou Bosque Modelo tem um modelo de governança que traduz os interesses e necessidades das comunidades do lugar em estratégias para o desenvolvimento sustentável. As Florestas da Mata Atlântica e de Pandeiros (Áreas de Preservação Ambiental do Rio Pandeiros, Coxa e Gibão, no município de Januária), em Minas Gerais, são as únicas Florestas Modelo do Brasil. Essas duas experiências são coordenadas pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. Atualmente, a RIAFM reúne 25 Florestas Modelos de 13 países.

"A partir de agora, o Serviço Florestal passa a ser a instituição governamental de referência para a RIAFM no Brasil. Assim, poderá promover e apoiar a criação de novas Florestas Modelo, podendo, inclusive, articular no futuro uma rede nacional de Florestas Modelo. Além disso, nas regiões onde o Serviço Florestal já atua na gestão florestal para a produção sustentável, poderemos propor a criação deste tipo floresta. Sobretudo, será possível conhecer e aproveitar as experiências das Florestas Modelo - do Brasil e de outros países - nas ações desenvolvidas pelo Serviço Florestal." avalia Joberto Freitas, Gerente-Executivo de Informações Florestais, do Serviço Florestal Brasileiro.

As Florestas Modelo promovem a conservação e a utilização sustentável dos recursos florestais, apoiando a diversificação de atividades produtivas e valorizando a construção de conhecimento e capacidades por meio de educação formal e informal e do resgate dos saberes tradicionais locais, tanto os adquiridos como os ancestrais.

Princípios e Convenções Internacionais

As Florestas Modelo compartilham seis princípios básicos que garantem sua transformação em espaço integral de desenvolvimento. Os princípios envolvem a

noção de associação dos diferentes interesses em busca de consenso sobre a gestão dos recursos naturais; o território como área geográfica que inclui questões sociais culturais, econômicas e ambientais; o compromisso com a sustentabilidade; uma estrutura transparente, responsável e participativa de gestão; a visão estratégica e a construção de capacidades e trabalho em rede.

As características das Florestas Modelo as convertem em áreas propícias para o cumprimento de acordos internacionais voltados para alcançar objetivos ambientais, tais como: Convenção sobre Biodiversidade Biológicas, Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática, Convênio de Luta contra a Desertificação, entre outros.

Publicado: quinta-feira, 17 de junho de 2010, 14h44.

Nova radiografia do setor madeireiro da Amazônia é publicada em 2010

O Serviço Florestal Brasileiro, órgão do Ministério do Meio Ambiente, e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon divulgam nesta quinta-feira, 10 de junho, o relatório "A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados". Trata-se do mais amplo levantamento de campo sobre o setor madeireiro na região. Neste documento estão estatísticas sobre a evolução do setor em termos de consumo de madeira em tora, produção processada, número de empresas, empregos gerados e receita bruta, bem como o mercado madeireiro da Amazônia Legal.

Em 2009, foram identificadas 2.227 empresas na Amazônia Legal. Para este estudo foram entrevistadas 846, o que representa 39% de todos os empreendimentos em funcionamento na região.

Juntas, estas empresas consumiram 14,2 milhões de metros cúbicos de madeira em tora (o equivalente a cerca de 3,5 milhões de árvores) resultando na produção de 5,8 milhões de metros cúbicos de madeira processada. A maioria (72%) era madeira serrada com baixo valor agregado (ripas, caibros, tábuas e similares). Outros 15% foram transformados em madeira beneficiada com algum nível de agregação tecnológica (pisos, esquadrias, madeira aparelhada etc); e o restante (13%) era madeira laminada e compensada.

A estimativa da receita bruta do setor foi cerca de R\$ 4,94 bilhões. Dessa receita, o Estado do Pará participou com 43%, seguido de Mato Grosso com 33% e Rondônia com 15%.

A indústria madeireira gerou aproximadamente 204 mil postos de trabalho, dos quais 66 mil empregos diretos (processamento e exploração florestal) e 137 mil empregos indiretos.

Segundo o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel, as informações obtidas pela pesquisa ajudarão a projetar cenários para as concessões florestais, instrumento que permite ao governo licitar áreas de florestas públicas para extração de madeira de forma sustentável e serão úteis, por exemplo, na escolha das áreas prioritárias para a realização de manejo florestal via concessão.

Tendências do setor

Houve uma redução importante no consumo de madeira em tora na Amazônia Legal entre 1998 e 2009. Em 1998, o consumo de toras foi de 28,3 milhões de metros cúbicos, depois caiu para 24,5 milhões em 2004 e para 14,2 milhões de metros cúbicos em 2009. Essa queda expressiva no consumo de madeira em tora pode estar relacionada a três causas principais: o aumento na fiscalização; a substituição da madeira tropical por produtos concorrentes e; a crise econômica mundial.

"Nos últimos três anos, a intensificação das ações de fiscalização contra o desmatamento e o combate a exploração ilegal de madeira (promovidas principalmente pelo Governo Federal com apoio das OEMAs), parecer ter sido o principal fator na redução do consumo de madeira Amazônica", diz Denys Pereira, coordenador da pesquisa pelo Imazon. "É provável também que o mercado nacional esteja substituindo gradativamente a madeira amazônica por produtos similares (como MDF, laminados e pisos de madeira plantada, por exemplo), principalmente na construção civil. Isto porque estes materiais não apresentam problemas como garantia de fornecimento, variação da qualidade e principalmente, pressão ambiental", conclui o pesquisador.

Para Hummel, a queda no consumo em tora vinculada às ações de comando e controle mostra ao governo que o momento é favorável à realização das concessões florestais. Por meio delas, os empresários têm acesso a áreas legalizadas para a extração de madeira e podem fazer investimentos de longo prazo, uma vez que os contratos são de até 40 anos. "A fiscalização e a suspensão de planos de manejo florestal em terras públicas a partir de 2003 foram muito importantes, mas agora é essencial ter uma política que favoreça a implantação do manejo florestal na região, em especial através das concessões florestais e do manejo florestal comunitário", diz.

Mudanças no mercado

Neste último levantamento mudanças importantes no mercado de madeira processada da Amazônia foram verificadas. Em 1998, apenas 14% do volume total produzido era exportado. Em 2004, fatores como câmbio favorável e aumento da demanda por madeira amazônica no mercado europeu, norte-americano e asiático

elevaram a proporção de madeira exportada para 36%. Em 2009, porém, a participação da madeira nativa da região no mercado externo diminuiu para 21% da produção total.

O mercado de madeira foi essencialmente nacional em 2009. Aproximadamente 79% do volume produzido de madeira foram destinados ao mercado brasileiro. O Estado de São Paulo (17%) e a Região Sul (15%) foram os principais consumidores de madeira da Amazônia. Outros 16% foram consumidos nos próprios estados produtores (em 2004 era 11%).

Informações

Imazon

Adriana Fradique
(91) 3182-4014

Serviço Florestal Brasileiro

Fabiana Vasconcelos
(61) 2028-7293

Publicado: quinta-feira, 10 de junho de 2010, 14h47.

Fundo Florestal deve lançar chamadas de projetos este ano

Recursos serão usados em manejo comunitário na Amazônia e Caatinga, restauração da Mata Atlântica e bolsas de desenvolvimento tecnológico. Primeira reunião ocorreu nesta terça, 8

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro, deve lançar no segundo semestre deste ano as primeiras chamadas de projetos. A estimativa é de que o Fundo conte, em 2010, com R\$ 4 milhões.

Em reunião nesta terça-feira, 8, o Conselho Consultivo do FNDF aprovou o Plano Anual de Aplicação Regionalizada 2010, que direciona os recursos para três temas: manejo florestal por comunitários na Amazônia e Caatinga, restauração da Mata Atlântica no Nordeste e bolsas de desenvolvimento tecnológico em parceria a ser firmada com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Regiões

Além de se encaixar em uma das áreas temáticas, os projetos apresentados ao Fundo devem envolver uma das regiões prioritárias definidas no Plano Anual, envolvendo os biomas Amazônia, Caatinga e Mata Atlântica, esta última específica para a região Nordeste.

"Essas ações potencializarão as iniciativas do Serviço Florestal e de instituições parceiras na implementação de iniciativas de fomento ao setor florestal, valorizando os ativos florestais das áreas prioritárias do Plano de Aplicação 2010", diz o diretor do Serviço Florestal Marcus Vinícius Alves.

As localidades escolhidas integram a região de abrangência das três unidades regionais do Serviço Florestal na porção norte-nordeste do país. "São locais onde nossas equipes podem acompanhar e dar apoio direto a essas estratégias", diz o coordenador do FNDF, João Paulo Sotero.

Recursos

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal tem como principal fonte de recursos parte da arrecadação com as concessões florestais, mas já neste ano conta com o apoio de parceiros. Os R\$ 4 milhões que serão disponibilizados incluem recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, da Diretoria de Florestas do Ministério do Meio Ambiente e de emendas parlamentares.

"O incremento das áreas de florestas públicas manejadas sob o regime de concessões previsto para 2015 deve elevar o orçamento do FNDF para R\$ 20 milhões por ano", diz Sotero.

O FNDF foi instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06) e regulamentado em maio deste ano com a publicação do Decreto Nº 7.167.

Publicado: quarta-feira, 09 de junho de 2010, 14h58.

Serviço Florestal abre propostas técnicas da concessão para Flona Saracá-Taquera

O Serviço Florestal Brasileiro informa que a sessão de abertura dos envelopes de proposta técnica do processo de concessão florestal da Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera ocorrerá nesta quarta-feira, dia 9, às 9h, no prédio do Cenaflor, na sede do Ibama, em Brasília/DF.

Publicado: quarta-feira, 09 de junho de 2010, 14h53.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal realiza 1ª reunião

O Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) será instalado nesta terça-feira (8), às 9h30, em Brasília. Será a primeira reunião do Fundo, que é gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro.

O grupo vai debater e aprovar o regimento interno, que trata das regras de funcionamento do Conselho Consultivo, e discutir o primeiro Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR) do Fundo, que indica os temas e regiões prioritárias para o uso dos recursos.

Integrantes

O Conselho Consultivo do FNDF é formado por 13 representantes dos três níveis de governo e da sociedade civil. Pelo governo federal, participam Serviço Florestal e os ministérios do Meio Ambiente, Agricultura, Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Agrário. Os governos estaduais e municipais estão representados pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) e Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente (Anamma).

A sociedade civil conta com três integrantes, indicados pelo Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente (FBOMS), representando os movimentos sociais, as organizações ambientalistas e as comunidades tradicionais. Os trabalhadores e o setor produtivo estão representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Madeira e Construção (Conticom), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

"A participação dos governos e dos diversos segmentos sociais na orientação das prioridades é fundamental para garantir que o Fundo se mantenha em sintonia com as demandas da sociedade e com as políticas públicas para o setor florestal", diz o diretor do Serviço Florestal Marcus Vinícius Alves.

Histórico

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal foi criado pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06) e regulamentado em maio deste ano com a publicação do Decreto Nº 7.167. Sua missão é fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal e a inovação tecnológica do setor, tendo como principal de recursos os valores arrecadados pela União em função das concessões florestais.

"Com a operação do FNDF, o setor florestal passa a contar com um mecanismo específico e permanente para o financiamento de projetos de desenvolvimento florestal, permitindo, também, o apoio a iniciativas de médio e longo prazos, sintonizadas com as políticas governamentais e em complementaridade com outros instrumentos financeiros", afirma o gerente de Fomento do Serviço Florestal Brasileiro, Marco Conde.

O FNDF financiará somente projetos de órgãos e entidades públicas ou de entidades privadas sem fins lucrativos. Sua operação se dará por meio de convênios, além da contratação direta para fornecimento de bens e serviços.

Serviço

1ª Reunião do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

Data: terça-feira, 8 de junho

Horário: 9h30

Local: auditório do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor) - SCEN Trecho 2 - Ed. Sede - Bloco Cenaflor - Brasília (DF)

Publicado: terça-feira, 08 de junho de 2010, 15h08.

Manejo Florestal Comunitário é discutido em evento no Acre

Serviço Florestal Brasileiro, Ideflor e CTA promovem a I Semana Amazônica de Manejo Florestal: dando escala a iniciativas

Comunitários de todas as partes da Amazônia reúnem-se com organizações governamentais dos dias 8 a 11 de junho durante a I Semana Amazônica de Manejo Florestal: dando escala às iniciativas em Rio Branco, no Acre, para trocar experiências e propor ações de apoio ao manejo florestal. O encontro é organizado pelo Serviço Florestal Brasileiro, o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA) e Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor), com apoio da GTZ.

"As iniciativas de manejo florestal hoje são muito heterogêneas e em diferentes estágios, algumas com bastante sucesso na comercialização dos seus produtos e outras incipientes. Lá os produtores poderão se beneficiar pela troca de experiências", diz a gerente de Florestas Comunitárias do Serviço Florestal, Márcia Muchagata.

Participantes

O encontro terá a participação de mais de 15 entidades, entre elas, a Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (Cooperfloresta), do Acre, a Cooperativa Mista Flona do Tapajós (Coomflona), do Pará, Instituto Mamirauá, do Amazonas, e a Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari (Cooperalca), do Amapá.

Além de organizações de moradores que tradicionalmente já manejam a floresta, a I Semana Amazônica contará com organizações que fazem manejo em assentamentos da reforma agrária, público cuja demanda por apoio a atividades econômicas sustentáveis tende a crescer.

Plano anual

A presença de grupos distintos tornou o encontro o cenário ideal para debater as propostas de ações do governo federal para 2011 do Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar para o bioma Amazônia. O Serviço Florestal Brasileiro, que junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário é responsável pela elaboração do Plano, vai realizar uma reunião de planejamento nos dois últimos dias do evento.

"Os debates sobre as dificuldades e acertos nos dois primeiros dias vão contribuir para nós pensarmos o Plano para o próximo ano. O evento vai além da troca de experiências, no sentido de realmente contribuir para um processo mais amplo de organização de ações estratégicas em prol do manejo florestal que está em curso", diz Claudia Azevedo-Ramos, diretora do Serviço Florestal. Só o Plano 2010, que teve foco na Amazônia, deve atender 85 municípios e envolver cerca de 17 mil famílias.

Serviço

I Semana Amazônica de Manejo Florestal

Data: 8 a 11 de junho, em Rio Branco (AC)

Local: Auditório da Biblioteca da Floresta - Via Parque da Maternidade, S/N – Centro

Horário: 8h30 às 17h30

Informações: (61) 2028-7293

Publicado: terça-feira, 08 de junho de 2010, 12h14.

Especialistas apontam prioridades para pesquisas sobre manejo florestal no Brasil

Evento reuniu pesquisadores nacionais e internacionais, além de celebrar 30 anos de Pesquisa Florestal na Flona Tapajós

Desenvolver redes de pesquisas sobre manejo florestal; associar o conhecimento tradicional ao científico; aumentar a produtividade e a variedade de usos das florestas, criar condições para as iniciativas de manejo florestal comunitário e aproveitar referências bem sucedidas de outros países para o manejo e a gestão florestal. Essas foram algumas das prioridades para a pesquisa sobre manejo florestal apontadas pelos cerca de 250 participantes do Simpósio de Manejo Florestal da Amazônia Brasileira e Seminário de Comemoração dos 30 anos de Pesquisa Florestal na Flona Tapajós. O evento reuniu pesquisadores, empresários, representantes de órgãos do governo e comunitários do Brasil, além de peritos de 10 países, entre 18 e 21 de maio, em Santarém, no Pará. A atividade foi promovida pelo Serviço Florestal Brasileiro e pela Embrapa Amazônia Oriental.

"Além do balanço sobre as pesquisas em manejo florestal, o evento serviu para discutir a inclusão de novos temas no contexto das Unidades de Manejo Florestal, por exemplo, os serviços ambientais, tais como sequestro de carbono e conservação da biodiversidade.", avalia o Gerente Executivo de Informações Florestais do Serviço Florestal Brasileiro, Joberto Freitas.

Manejo Comunitário e uso múltiplo das florestas

Diversos pesquisadores destacaram a importância do manejo florestal feito por comunidades. O pesquisador Jean Dubois, com mais 30 anos de experiência em manejo florestal na Amazônia, afirmou que o futuro do manejo passa pelo trabalho comunitário. Segundo ele, é necessário investir em pesquisas visando harmonizar a relação das comunidades com a floresta. "O ribeirão tradicionalmente não cria gado, ele vive da floresta. É necessário que as políticas públicas e as pesquisas favoreçam essa vocação", avalia Dubois. Em relação aos produtos não madeireiros, os participantes apontaram a necessidade de pesquisas que tratem da integração do manejo desse tipo de produtos, com a exploração madeireira e com os serviços ambientais para garantir o uso múltiplo das florestas.

Experiências internacionais: monitoramento e biodiversidade

Em outros países, também é crescente a importância do manejo comunitário. Ernest Foli, do Instituto de Pesquisa Florestal de Gana (Forig - sigla em inglês), destacou que cerca de 80% da população de seu país usa medicamentos feitos a base de ervas coletadas por comunidades. A necessidade de monitoramento contínuo para verificar impactos no longo prazo sobre solo e água foi uma das reflexões apresentadas por Ismail Harum, da Malásia, país da Ásia - onde o manejo florestal é praticado há mais de 100 anos. Harum também apontou a importância de pesquisas que respondam expectativas atuais como, por exemplo, calcular o carbono nas florestas.

Em relação à manutenção da biodiversidade nas áreas manejadas, a pesquisadora Michele Pinard, da Universidade de Aberdeen, afirmou que a opção boliviana de não se retirar árvores com baixa densidade (poucos exemplares na floresta) seria uma possibilidade para garantir as sementes das espécies.

30 anos de pesquisa na Flona Tapajós

Simultaneamente ao Simpósio, ocorreu o Seminário de Comemoração dos 30 anos de Pesquisa Florestal no Km 67 da Floresta Nacional (Flona) do Tapajós - distante 30 km de Santarém. As pesquisas em manejo realizadas no local começaram em 1975 e foram conduzidas ao longo dos anos por pesquisadores e técnicos da Embrapa Amazônia Oriental. A exploração propriamente dita foi realizada em 1979 sobre 63 espécies comerciais, entre elas andiroba, jarana, jatobá, maçaranduba e

abiurana. Na ocasião foram retiradas da área 16 árvores por hectare, o que equivalente a 72 m³/ha, índices acima dos padrões atuais de exploração.

"Esse trabalho construiu as bases do Sistema Silvicultural Brasileiro, hoje, por exemplo, sabe-se que uma exploração de impacto reduzido preconiza a retirada de no máximo 5 árvores por hectare", explica o engenheiro florestal Olegário Carvalho. Os estudos no Km 67 serviram de base para definição dos parâmetros e da estrutura institucional para o manejo florestal na Amazônia, sendo fundamentais para a construção da atual legislação sobre o tema.

Segundo o diretor do Serviço Floresta, Natalino Silva, 28 anos após a exploração as fases de crescimento das árvores se assemelham a de uma floresta não explorada. O manejo também não causou alterações importantes na diversidade de espécies. "Trinta anos após a exploração há um estoque de espécies comerciais suficiente para uma nova colheita, obedecendo a atual regulamentação para o manejo florestal na Amazônia", destaca Silva.

Pesquisas e políticas públicas

A diretora executiva da Embrapa, Tatiana Sá, apresentou outro desafio para as pesquisas sobre manejo: "Estamos com resultados importantes, mas temos muito que aprimorar. O acúmulo não é restrito às florestas, mas sobre os habitantes também. No entanto, esse acúmulo setorial deve se transformar em políticas públicas."

Publicado: segunda-feira, 31 de maio de 2010, 12h29.

Serviço Florestal, pesquisadores e concessionários discutem o monitoramento de impacto sobre a fauna nas áreas sob concessão florestal

Nos dias 30 e 31 de março, o Serviço Florestal Brasileiro reuniu estudiosos, representantes de órgãos ambientais e as empresas que realizarão o manejo florestal na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, para discutir o monitoramento do impacto do manejo florestal na biodiversidade. No seminário, realizado em Porto Velho, estes atores também começaram a debater as possibilidades de pesquisas sobre o tema a serem desenvolvidas nas áreas sob concessão florestal. Segundo a gerente de monitoramento florestal do Serviço Florestal, Anna Fanzeres, "estes programas serão contribuições importantes e qualificadas às estratégias de monitoramento das concessões florestais".

Para promover um nivelamento de conhecimento sobre o monitoramento de impactos na biodiversidade, foram apresentadas experiências e pesquisas sobre o assunto para os cerca de 40 participantes. A partir do debate serão elaboradas as

diretrizes para os programas de pesquisas a serem realizadas nas áreas sob concessão florestal.

O evento também possibilitou que os concessionários da Flona do Jamari apresentassem a infra-estrutura que eles podem oferecer para os pesquisadores realizarem estudos na área. Os concessionários que apoiarem a realização de pesquisas e programas para conservação da fauna nas áreas sob concessão florestal receberão descontos no pagamento que devem fazer ao Serviço Florestal pela exploração dessas áreas.

No debate, os pesquisadores apontaram alguns gargalos que normalmente precisam enfrentar em estudos de campo, como a dificuldade de acesso aos locais onde se concentram as amostras a serem estudadas. Como contraponto a essa realidade, as pesquisas a serem desenvolvidas nas áreas de concessão florestal contarão com facilidades de acesso e infra-estrutura. "As concessões florestais e a logística construída para se ter acesso ao interior das florestas abrirá uma oportunidade de realização de pesquisa onde antes não era possível", afirma Claudia Azevedo-Ramos, diretora do Serviço Florestal.

O desenvolvimento de pesquisas irá contribuir para garantir a qualidade do monitoramento realizado pelo Serviço Florestal Brasileiro nas áreas sob concessão florestal, como também os procedimentos de gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que objetivam assegurar a sustentabilidade das Flonas onde se localizam as concessões.

Publicado: sexta-feira, 28 de maio de 2010, 12h38.

Serviço Florestal faz diagnóstico socioeconômico em comunidades extrativistas em Rondônia

O extrativismo de açaí em torno da Floresta Nacional (Flona) do Jamari tem potencial para incrementar a economia do município de Itapuã do Oeste, em Rondônia. O aprimoramento técnico e organizacional das associações extrativistas resultaria em mais benefícios para as comunidades que coletam o fruto e, consequentemente, para a cidade. Essa é uma das conclusões preliminares do diagnóstico socioeconômico e ambiental sobre comunidades extrativistas na região da Flona Jamari feito pelo Serviço Florestal Brasileiro.

No mês de abril, uma equipe da Gerência de Florestas Comunitária do Serviço Florestal fez um levantamento da realidade de cerca de 80 famílias ligadas a duas associações extrativistas em Itapuã do Oeste. A partir do diagnóstico socioeconômico, o Serviço Florestal elaborará ações para apoiar as comunidades

em relação ao extrativismo e ao manejo florestal comunitário, caso elas passem a trabalhar com esta alternativa.

O açaí é o produto mais coletado pelas famílias entrevistadas, que são ligadas à Associação dos Produtores Rurais, Pescadores e Extrativistas da Linha 632 e São Marcos (Aspromar) e à Associação dos Extrativistas do Município de Itapuã do Oeste (Aemio). O levantamento identificou que o trabalho não é coletivo: cada família realiza isoladamente sua própria coleta, ocorrendo, algumas vezes, o trabalho conjunto de famílias vizinhas. As áreas para extrativismo estão dispersas no entorno da Flona.

Durante os meses de safra do açaí na região (entre maio e setembro), as comunidades vivem apenas da coleta do fruto, que é vendido para Porto Velho, capital de Rondônia. No restante do ano, elas pescam e cultivam roçados para subsistência e comércio. A coleta da copaíba, castanha e cipó titica - além de trabalhos pontuais em fazendas da região - completa a renda das famílias.

Importância para a economia local

Segundo o engenheiro florestal Márcio Prestes, o extrativismo comunitário do açaí já se tornou importante para a economia de Itapuã do Oeste. "A prefeitura instituiu uma Festa do Açaí no município. Isso indica o valor que o produto já tem para a cidade. No entanto, as associações precisam de apoio para agregar mais valor aos seus produtos: o açaí, a castanha, a copaíba e o cipó titica", analisa Prestes. Durante a safra, cada família colhe, em média, 300 latas de fruto do açaí, que é vendido sem beneficiamento, pois as associações não possuem a máquina para retirar a polpa e estrutura para armazenamento e transporte adequado. Segundo Prestes, para incrementar a produção, as comunidades precisam de apoio para comprar alguns equipamentos e para acessar crédito, entre outras necessidades.

Na avaliação da chefe de serviço de Assistência Técnica e Extensão Florestal, Karla Oliveira, uma das possibilidades de apoio do Serviço Florestal às comunidades da região pode ser assessorias para o fortalecimento institucional das organizações, por meio de cursos de cooperativismo, de noções de contabilidade e outros. "O fortalecimento organizacional é tão importante quanto a capacitação técnica para o manejo e o extrativismo sustentável, pois ajuda às associações a regularizarem a extração, a situação fiscal, aperfeiçoarem processos e a atuarem de forma mais eficiente no geral.", explica Karla. Ela afirma que as comunidades estão muito receptivas para trabalharem com o apoio do Serviço Florestal.

Publicado: sexta-feira, 28 de maio de 2010, 12h33.

Serviço Florestal completa um ano de atividades no Nordeste Brasileiro

No mês de maio, a Unidade Regional Nordeste (UR-NE) do Serviço Florestal Brasileiro completou um ano de atividades e já pode contabilizar nesse período diversas conquistas. Além da estruturação da equipe, a UR realizou ações para viabilizar o uso sustentável da caatinga em dois estados e articulou o acordo de cooperação técnica entre o Serviço Florestal e o governo de Sergipe para implementação do Inventário Florestal Nacional neste estado.

As ações da UR-NE são voltadas, principalmente, para o bioma Caatinga, que ocupa a maior parte da área de atuação da Unidade. Os projetos visam tanto apoiar experimentos florestais no bioma, quanto favorecer o uso sustentável da vegetação. Entre 2009 e 2010, a UR-NE deu apoio técnico ao manejo comunitário da caatinga em assentamentos rurais em Pernambuco. Ação semelhante está em fase de implementação na Paraíba e de planejamento no Piauí. A Unidade também está avaliando a possibilidade de incluir no Plano Anual de Outorga Florestal 2011/2012, uma área onde se possa realizar o manejo florestal na caatinga sob regime de concessão.

Os outros biomas da região também são contemplados nas atividades da Unidade, que tem como área de atuação os nove estados do Nordeste, onde se encontram áreas de Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e a caatinga. Para a restauração da Mata Atlântica no sul da Bahia, por exemplo, a UR-NE está elaborando um projeto para apoiar a produção de mudas, restauração e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais, além do plantio de espécies arbóreas nativas com fins econômicos.

Continuidade de processos e desafios

Apesar da Unidade Regional ter sido criada apenas em 2009, ela conta com servidores com mais de 20 anos de atuação na região, o que confere experiência ao órgão. "A UR já começou seu trabalho com um bom conhecimento da realidade socioeconômica e ambiental do Nordeste e com fortes relações com Organizações Não Governamentais, governos dos estados, universidades, empresas de consultoria...", comenta Newton Barcelos, chefe da Unidade.

Barcellos e a engenheira florestal Maria Auxiliadora Gariglio trabalham desde a década de 1980 em pesquisas e ações no bioma da caatinga nos estados nordestinos, por meio de parcerias entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os dados e reflexões reunidos nestes anos de trabalho estão sistematizados no livro *Uso Sustentável dos Recursos Florestais da*

Caatinga, que será lançado ainda em 2010 e é outra importante realização da UR-NE.

Segundo Barcellos, a Unidade tem como desafio para os próximos anos ampliar seu trabalho para os diversos biomas da região, consolidar experiências já realizadas com sucesso e fortalecer a capacidade de gestão dos órgãos ambientais dos estados.

Publicado: quinta-feira, 27 de maio de 2010, 12h43.

Concessão pode ajudar a desenvolver o oeste paraense

Municípios de Itaituba e Jacareacanga, no Pará, que abrigam a Flona do Amana, devem atrair empresas madeireiras e dinamizar a economia. Serviço Florestal apresentou pré-edital de concessão em audiências públicas

Itaituba e Jacareacanga são dois municípios do oeste paraense margeados pela rodovia Transamazônica que abrigam a Floresta Nacional do Amana. É lá que será realizada a próxima concessão promovida pelo Serviço Florestal Brasileiro, numa área de 210 mil hectares.

A extração de madeira de forma legal e sustentável pode trazer uma nova perspectiva para os dois municípios. A atividade produtiva ligada à concessão deve movimentar R\$ 50 milhões por ano nos setores industrial e de serviços e gerar 1.700 empregos diretos e indiretos.

"Para nós, o manejo, da maneira que vai ser implantado, será como um eldorado na nossa região", diz o prefeito de Jacareacanga, Raulien Queiroz. A arrecadação, diz ele, vai ajudar a investir no desenvolvimento local.

Com uma economia incipiente, Jacareacanga registra índices sociais e econômicos abaixo da média do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,652 (no Pará é de 0,723), e o PIB per capita - soma das riquezas produzidas, dividida pelo número de habitantes - é de R\$ 1.566 (no Estado é R\$ 7.007).

Já Itaituba, apesar de ter o setor de produção e de serviços mais forte, também registra IDH baixo, em 0,704, e PIB per capita de R\$ 4.686, abaixo da média paraense.

Interessada em conhecer os benefícios que podem vir da concessão, a população compareceu em peso às audiências públicas que apresentaram o pré-edital de licitação no dia 11 de maio em Itaituba, e dia 14 no município vizinho. "Apesar de ter um dos IDHs mais baixos do Brasil, Jacareacanga tem um alto índice de cidadania. Aqui a população realmente participa das discussões e sabe se colocar", afirmou o diretor do Serviço Florestal, Luiz Carlos Joels.

Oportunidades

Imersas no meio de um tapete verde de florestas que cobre o município, os dois municípios já tiveram na extração de madeira uma das principais fontes de renda. A atividade, porém, nem sempre ocorreu em bases legais e sofreu revés com a fiscalização.

O impacto foi maior em 2006, quando foram criadas quatro florestas nacionais na região de influência da BR-163, entre elas, a Flona do Amana, com o objetivo de coibir o desmatamento e a grilagem de terras. A partir daquele momento, a única forma de retirar madeira dentro dessas unidades de conservação seria por concessão do governo.

"Foi uma atitude corajosa do governo e que deu resultado, mas agora é importante que a gente dê uso sustentável a essas florestas nacionais, gerando os benefícios da concessão florestal", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

O secretário de Planejamento da cidade, Alcides Grando, que também é presidente da Cooperativa Agroindústria Parauari, diz que a associação aguardava ansiosamente o início das concessões. "Todas as outras madeiras foram embora e nós ficamos apostando. Ficamos nessa luta para viabilizar [as concessões] e tivemos esse milagre", diz. "Nós sabíamos que tinha essa questão social, que ia ser uma concessão aqui no Pará".

Manejo

Para estimular a participação de pequenas empresas na concorrência para uso da floresta, o pré-edital priorizou unidades de pequeno e médio porte. A menor tem 19 mil hectares. "Uma área com esse tamanho fornece a quantidade de madeira que uma serraria pequena usa por ano", diz o gerente de Concessões, Marcelo Arguelles.

Os incentivos também vieram na forma da redução de custos. Os microempresários vão pagar somente 20% da garantia - valor que deve ser depositado por quem ganhar a licitação - e não arcarão com os custos de elaboração do edital. "Utilizamos todos os benefícios previstos em lei em favor das associações de comunidades locais, pequenas e microempresas", diz o coordenador de editais, Luiz César Cunha Lima.

Conservação e desenvolvimento

A concessão torna-se um meio significativo de conciliar conservação e desenvolvimento principalmente em Jacareacanga, que tem 98% de sua área protegida por unidades de conservação e terras indígenas. Dentro dessas áreas, há

restrições à atividade econômica, mas a lei permite o manejo em florestas nacionais.

"Na época da criação das Flonas, em 2006, a população ficou preocupada por achar que iam estagnar o desenvolvimento. Mas, a partir do momento em que pode haver atividade florestal, foi uma inversão do que a gente esperava", diz Raulien Queiroz. Os recursos que vierem com a arrecadação de impostos já têm destino certo, diz ele: "saúde e educação".

Em Itaituba, os empregos são um dos pontos de maior interesse. O processamento local da madeira - item que leva à eliminação do candidato se não for incluída na proposta dos candidatos à concessão - cria mais postos de trabalho do que a saída da madeira em tora. "Queremos que os produtos sejam industrializados no nosso município para gerar emprego e renda", diz o prefeito Valmir Climaco.

Saiba mais

Uma concorrência para tirar madeira e produtos não-madeireiros (cipó, cascas, óleos...) da floresta e explorar serviços como ecoturismo de forma sustentável em que qualquer empresa constituída sob as leis brasileiras pode se candidatar. Assim é a concessão florestal realizada pelo Serviço Florestal, que também permite a extração de produtos não madeireiros e a realização de serviços. O pré-edital para a concessão de 210 mil hectares na Flona do Amana - que abrange os municípios de Itaituba e Jacareacanga - foi lançado no dia 22 de abril. Os candidatos apresentam propostas que dizem quanto vão pagar pelo metro cúbico da madeira e que benefícios vão gerar (número de empregos, redução de danos à floresta e grau de processamento da madeira, por exemplo). O preço corresponde a 40% dos pontos no julgamento da proposta e os critérios socioambientais, a 60%. Os recursos arrecadados com a concessão são distribuídos entre municípios e estado onde ocorre a concessão, além de Serviço Florestal, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). O pré-edital é aberto a sugestões, que podem ser enviadas até 4 de junho. Para conhecer o documento, basta acessar www.florestal.gov.br, no item Pré-Edital de Concessão da Flona do Amana (menu ao lado direito da página).

Publicado: quarta-feira, 26 de maio de 2010, 00h00.

Serviço Florestal divulga concessões em Feira Internacional da Indústria Madeireira

Pré-edital para licitação de 210 mil hectares e software gratuito para identificação de madeira serão apresentados em Pinhais (PR)

O Serviço Florestal Brasileiro faz palestra nesta segunda-feira, 24, na Feira Internacional da Indústria da Madeira, Móveis e Setor Florestal (FEMADE), em Pinhais (PR), para divulgar o pré-edital de concessão para 210 mil hectares localizados na Floresta Nacional do Amana (PA). A estimativa é de que a atividade movimente R\$ 50 milhões por ano no setor industrial e de serviços.

"A segurança fundiária e a possibilidade de oferecer matéria-prima de forma ininterrupta, propiciadas pela concessão, dão segurança para que o empresariado faça investimentos de longo prazo", afirma o gerente de Concessões do Serviço Florestal, Marcelo Arguelles. O contrato assinado com o governo dura 40 anos.

Criada pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06), a concessão é um instrumento que permite ao governo conceder o direito de explorar de forma sustentável as florestas públicas mediante pagamentos mensais. O concessionário é escolhido por meio de um processo licitatório e deve respeitar as regras estabelecidas no edital de concessão e na legislação ambiental do país.

Economia

A produção de madeira na área deve chegar a 150 mil m³ por ano, o que vai gerar uma arrecadação anual em torno de R\$ 6,7 milhões. Estima-se a atividade madeireira associada à concessão crie 1.700 postos de trabalho diretos e indiretos.

O pré-edital e seus 21 anexos estão disponíveis em www.florestal.gov.br, no item Pré-Edital de Concessão da Flona do Amana (menu do lado direito da página). O Serviço Florestal receberá sugestões ao documento até 4 de junho.

Identificação de madeira

Durante a Feira Internacional do Setor Madeireiro, que vai dos dias 24 a 28, o público poderá visitar o stand do Serviço Florestal e conhecer a versão piloto de um sistema digital para identificação de madeira que traz informações de 160 espécies.

Desenvolvido pelo Laboratório de Produtos Florestais, o sistema será especialmente útil à órgãos como a Polícia Federal, que poderá agilizar a elaboração dos laudos necessários para resolver crimes ambientais, e ao Ibama, que terá um novo instrumento para fiscalização do transporte de madeira.

As indústrias florestais também se beneficiarão com o programa, que facilitará o trabalho dos técnicos responsáveis pelo manejo florestal, mesmo quando

estiverem em campo. Eles poderão identificar rapidamente se uma espécie encontrada está em extinção ou se está entre as mais comercializadas, pois o sistema pode ser instalado em um notebook sem acesso à internet.

O stand do Serviço Florestal Brasileiro estará localizado no corredor principal do pavilhão de exposições e vai funcionar das 13h às 21h.

Serviço

FEMADE: Seminário uso sustentável da madeira

Palestra: Lançamento Público da Concessão na Flona do Amana (PA)

Quem: gerente de Concessões do Serviço Florestal Brasileiro, Marcelo Arguelles

Data: 24 de maio, segunda-feira

Local: Auditório Barreirinha - Expotrade Convention Center - Rodovia Dep. João Leopoldo Jacomel, nº 10.454 - Pinhais (PR)

Horário: 16h10 às 17h

Publicado: segunda-feira, 24 de maio de 2010, 12h58.

Especialistas debatem manejo florestal na Amazônia

Pesquisadores do Brasil e de 10 países apontarão prioridades para estudos na área. Evento celebrará 30 anos de pesquisa na Floresta Nacional do Tapajós.

Entre 18 e 21 de maio, cerca de 200 pesquisadores do Brasil e de 10 países discutirão experiências de manejo florestal e pesquisas sobre o tema no Simpósio de Manejo Florestal da Amazônia e Seminário de Comemoração dos 30 anos de Pesquisa na Floresta Nacional do Tapajós. Após os debates, os participantes apontarão prioridades para os estudos sobre manejo florestal na Amazônia. O evento ocorre em Santarém, oeste do Pará, e é promovido pelo Serviço Florestal Brasileiro e pela Embrapa Amazônia Oriental.

A sociedade pouco conhece sobre o manejo florestal, que pode ser uma das principais alternativas de uso sustentável das florestas, em contraponto ao desmatamento na Amazônia. Isso indica que há necessidade de mais estudos e de disseminação dos resultados. A proposta do Simpósio é revigorar o debate sobre temas prioritários, oportunidades e desafios do manejo florestal na região.

"A discussão de prioridades ajudará a estabelecer um clima de maior cooperação entre instituições de pesquisa da região e, além disso, poderá considerar também as necessidades de outros setores protagonistas da gestão florestal, tais como órgãos de meio ambiente e o próprio setor produtivo. Esta iniciativa é também convergente com a criação de uma rede de manejo florestal na região, que contará com a participação de todos esses atores." explica Joberto Freitas, Gerente Executivo de Informações Florestais do Serviço Florestal.

30 anos de pesquisa na Flona Tapajós

Simultaneamente ao Simpósio, ocorrerá o Seminário de Comemoração dos 30 anos de Pesquisa Florestal no Km 67 da Floresta Nacional (Flona) do Tapajós - distante 30 km de Santarém. As pesquisas em manejo realizadas no local começaram em 1975 e foram conduzidas ao longo dos anos por pesquisadores e técnicos da Embrapa Amazônia Oriental. O inventário 100% de 64 hectares estabeleceu o marco inicial do trabalho, que abrangeu as etapas de identificação, fenologia, exploração e monitoramento da floresta.

O estudo de fenologia das espécies identificadas no Km 67 permitiu que os pesquisadores conhecessem a época de floração, frutificação, queda de frutos e sementes, mudanças de folhagem, entre outros aspectos importantes para a reprodução da floresta. A exploração propriamente dita foi realizada em 1979 sobre 63 espécies comerciais, entre elas andiroba, jarana, jatobá, maçaranduba e abiurana. Na ocasião foram retiradas da área 16 árvores por hectare, o que equivalente a 72 m³/ha, índices fora dos padrões atuais de exploração.

Desde então, a pesquisa da Embrapa concentra-se no monitoramento da floresta em 36 parcelas permanentes, para acompanhar a regeneração natural, garantindo assim a sustentabilidade do manejo. "Esse trabalho construiu as bases do Sistema Silvicultural Brasileiro, hoje, por exemplo, sabe-se que uma exploração de baixo impacto preconiza a retirada de no máximo 5 árvores por hectare", explica o engenheiro florestal Olegário Carvalho.

Os estudos no Km 67 serviram de base para definição dos parâmetros e da estrutura institucional para o manejo florestal na Amazônia, sendo fundamentais para a construção da atual legislação sobre o tema.

Manejo em outros países

Para contribuir com o debate, especialistas de cinco países da África, Ásia e América do Sul apresentarão as experiências em manejo florestal em suas regiões. Também participarão alguns pesquisadores do Reino Unido, Alemanha e França que trabalham com temas relacionados ao manejo florestal em países tropicais.

Algumas sessões do simpósio abordarão a relação entre manejo florestal e temas emergentes nas discussões sobre meio ambiente, tais como o uso múltiplo das florestas, mudanças climáticas e conservação da biodiversidade. "Estes aspectos da questão ambiental precisam ser incluídos nas pesquisas sobre manejo, pois a floresta não se dissocia dos serviços que produz e esses serviços podem ser valorados. É preciso que as diversas oportunidades relacionadas à floresta sejam conhecidas por aqueles que trabalham com manejo florestal", avalia Joberto.

Rede de Manejo Florestal

No dia 20 de maio, a última mesa do simpósio será dedicada à discussão sobre o funcionamento da Rede de Manejo Florestal na Amazônia, uma iniciativa recente da Embrapa, do Serviço Florestal, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e de outras instituições da região para melhorar as práticas florestais nas concessões em florestas públicas.

Serviço

Simpósio de Manejo Florestal da Amazônia e Seminário de Comemoração dos 30 anos de Pesquisa na Floresta Nacional do Tapajós

Data: 18 a 21 de maio

Local: Amazônia Boulevard Hotel - Santarém – Pará

Marcy Figueiredo

Assessoria de Comunicação

Serviço Florestal Brasileiro

61 2028-712561 8180-7788

www.florestal.gov.br

Ana Laura Lima

Assessoria de Comunicação

Embrapa Amazônia Oriental

91 9112-4688

www.cpatu.embrapa.br

Publicado: segunda-feira, 17 de maio de 2010, 13h06.

Serviço Florestal realiza audiências públicas sobre concessão na Flona do Amana

O Serviço Florestal Brasileiro debate nesta terça-feira (11), com a população de Itaituba (PA), o pré-edital de concessão na Floresta Nacional do Amana, em audiência pública no Ginásio Poliesportivo da cidade.

Os participantes vão conhecer o pré-edital e as regras para participar da concorrência, além dos benefícios gerados pelo processo. A concessão vai disponibilizar 210 mil hectares - 1,3 vezes o tamanho do município de São Paulo - para manejo florestal por empresas do setor madeireiro, cooperativas e associações.

"Esperamos que sejam apresentadas boas idéias e sugestões para aperfeiçoar o edital e que a audiência pública esclareça o papel da concessão e do manejo florestal", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

Na sexta-feira, 14, será realizada a audiência em Jacareacanga (PA), o outro município que abriga a Flona.

Principais pontos

Os 210 mil hectares da concessão estão divididos em cinco unidades de diferentes tamanhos para que empreendedores de pequeno, médio e grande porte tenham oportunidade de realizar atividade produtiva.

Para se candidatar à concorrência, os interessados apresentam uma proposta onde os critérios socioambientais representam 60% da pontuação. O alto peso desses critérios - que inclui número de empregos gerados, grau de processamento local da madeira e redução de danos à floresta tem o objetivo de estimular o desenvolvimento local. O critério preço pago pelo metro cúbico de madeira corresponde aos 40% restante de pontos.

Estima-se que a concessão na Flona do Amana gere 1.700 empregos diretos e indiretos com carteira assinada e uma receita anual de R\$ 6,7 milhões. Esses recursos serão distribuídos entre os municípios de Itaituba e Jacareacanga - que abrigam a Flona -, estado do Pará, Serviço Florestal, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

O pré-edital e seus 21 anexos estão disponíveis no site www.florestal.gov.br, no item Pré-Edital de Concessão da Flona do Amana (menu ao lado direito). Sugestões ao documento também serão recebidas pela internet, pelo email concessao@florestal.gov.br.

Acompanhe a audiência pública pelo Twitter <https://twitter.com/FlorestasEng>.

Publicado: terça-feira, 11 de maio de 2010, 13h11.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal iniciará operação

Foi publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 6, o Decreto 7167, que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). O Serviço Florestal Brasileiro será o gestor do Fundo, que tem como fonte principal de recursos os valores pagos à União pelas concessões florestais.

"O FNDF é um instrumento específico para a promoção do setor florestal a partir de prioridades sintonizadas com as políticas públicas e estratégias do governo, e

demandas identificadas pela sociedade", afirma o gerente de Fomento do Serviço Florestal, Marco Conde.

O orçamento inicial do Fundo é de R\$ 1 milhão, valor que aumentará com a ampliação das áreas sob concessão. Estima-se que até 2015 o FNDF opere R\$ 15 milhões por ano. O Fundo foi criado pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06).

Os recursos financiarão projetos em oito áreas principais, como pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal, assistência técnica e extensão florestal, recuperação de áreas degradadas com espécies nativas e aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais.

Também serão atendidos projetos em controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos, capacitação em manejo florestal, educação ambiental, além de proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.

Transparência

O FNDF contará com um Conselho Consultivo com a função de opinar sobre a distribuição dos recursos e avaliar sua aplicação, que será orientada por um Plano Anual de Aplicação Regionalizada elaborado pelo Serviço Florestal.

O Conselho será formado por representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de representantes do setor empresarial e da sociedade civil, envolvendo movimentos sociais, organizações ambientalistas e comunidades tradicionais.

"A regulamentação do FNDF permitirá ao Serviço Florestal Brasileiro cumprir com o seu papel de órgão de fomento ao desenvolvimento florestal sustentável, com plena transparência e efetivo controle social", afirma o gerente de Planejamento Florestal Marcus Vinícius Alves.

Os recursos do FNDF - que também podem vir de doações nacionais e internacionais - poderão ser destinados somente a projetos de órgãos e entidades públicas ou de entidades privadas sem fins lucrativos. Sua operação se dará por meio de convênios, além da contratação direta para fornecimento de bens e serviços.

Publicado: quinta-feira, 06 de maio de 2010, 13h20.

Errata: email para envio de sugestões ao pré-edital de Amana

O Serviço Florestal informa que receberá sugestões ao pré-edital de concessão na Floresta Nacional do Amana pelo email concessao@florestal.gov.br. O pré-edital e seus anexos estão disponíveis na seção Concessões Florestais, no item 3º Lote de Concessão Florestal - Edital nº1/2010 - Flona do Amana/PA.

Publicado: quarta-feira, 05 de maio de 2010, 13h25.

Serviço Florestal e Governo de Sergipe irão implementar Inventário Florestal Nacional no estado

O Serviço Florestal Brasileiro e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe - SEMARH assinaram, no dia 15 de abril, um acordo de cooperação para implementar o Inventário Florestal Nacional (IFN) no estado. O IFN fornecerá informações sobre as florestas naturais e plantadas em todo o território nacional.

Sergipe será o primeiro estado das regiões Norte e Nordeste a realizar o Inventário. O Serviço Florestal já firmou acordos para este fim com os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Além do Serviço Florestal e da SEMARH, o Inventário também envolverá a Universidade Federal de Sergipe (UFS), que fará o controle de qualidade do trabalho de campo.

Conhecer o patrimônio florestal contribuirá para o aprimoramento das políticas ambientais do estado de Sergipe. Esse é um dos resultados positivos do Inventário para o estado. Com esse trabalho, a SEMARH poderá identificar onde estão os remanescentes florestais e ver, por exemplo, se estas áreas estão em morros e encostas, o que implicaria na manutenção ou recuperação de áreas de preservação permanente.", avalia Newton Barcellos, Chefe da Unidade Regional Nordeste do Serviço Florestal.

Inventário Nacional

O IFN abrangerá todas as unidades da federação e contará com mais de 20 mil pontos de amostragem em todo o país. As atividades em campo estão previstas para começar ainda em 2010 e vão trazer, entre outros, dados sobre tipo de cobertura florestal, estoque de biomassa e carbono e características dos solos florestais. "O IFN é estratégico para o Brasil nas discussões sobre a relação entre florestas e mudanças climáticas", enfatiza o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

Com as informações do IFN, será possível formar o panorama da qualidade das florestas e conhecer a dinâmica da cobertura do solo. Uma de suas maiores

contribuições será subsidiar a formulação de políticas públicas e a tomada de decisão pelos gestores públicos que garantam o uso sustentável dos recursos florestais e a manutenção da biodiversidade das espécies florestais.

Publicado: quinta-feira, 29 de abril de 2010, 13h27.

Serviço Florestal debaterá pré-edital para Flona do Amana em 9 cidades

Rodada de apresentações começa quinta-feira, 29, em Belém e Santarém. Audiências públicas estão marcadas para os dias 11 e 14 de maio; convocatória foi publicada no Diário Oficial da União

O Serviço Florestal Brasileiro vai promover audiências públicas nas cidades paraenses de Itaituba e Jacareacanga nos dias 11 e 14 de maio, respectivamente, para debater o pré-edital para a concessão na Floresta Nacional (Flona) do Amana. Ambas são sede dos municípios onde encontra-se a Flona.

"A audiência pública é a oportunidade que a sociedade tem de se manifestar com sugestões e contribuir para o aprimoramento do pré-edital, para que ele seja um instrumento capaz de gerar os benefícios que dele se espera", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel.

Previstas em lei, as audiências públicas representam o mecanismo efetivo de contribuição e participação social. Todas as sugestões apresentadas são formalmente respondidas pelo Serviço Florestal e justificadas, caso sejam acatadas ou não.

Debate ampliado

Para fomentar o debate sobre o pré-edital, o Serviço Florestal fará apresentações aos públicos com maior interesse no tema, principalmente representantes do setor madeireiro e movimentos sociais.

Esses encontros começam no 29, com reuniões em Santarém e Belém. No dia 30, a agenda prossegue em Itaituba e Belém, novamente. Nos dias 2 e 3 de maio, será a vez de Moraes de Almeida e Novo Progresso, situadas na região da BR-163.

Atividades educativas

A mobilização da sociedade já teve início com a realização de palestras sobre a concessão, de caráter educativo, junto à população de Itaituba e Jacareacanga. "Estes momentos permitem uma melhor compreensão do processo de concessão florestal e qualificam a participação social durante as audiências", afirma o gerente de concessões Marcelo Arguelles.

Houve ainda reuniões com representantes dos setores políticos, empresarial e dos movimentos sociais nos municípios. Também foram realizadas apresentações do pré-edital para a Comissão Nacional de Gestão de Florestas Públicas - CGEFLOP e ao Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Amana.

Atividades	Locais	Data	Grupos de interesse
Reuniões técnicas	Belém, Santarém, Itaituba	29 e 30 de abri	Movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, sociedade civil organizada, representantes políticos e do setor madeireiro
	Morais de Almeida Novo	02 de maio	
	Progresso	03 de maio	
	Jacareacanga	13 de maio	
Consultas públicas	Brasília	27 de maio	Toda a sociedade
Audiências públicas	Itaituba	11 de maio	Toda a sociedade
	Jacareacanga	14 de maio	

Documento

O pré-edital para a concessão na Flona do Amana está disponível no site www.florestal.gov.br, no item Concessões. O documento, que tem 21 anexos, traz as condições de participação no certame; o objeto da licitação; indicadores técnicos; preços dos produtos licitados; condições de pagamento; caracterização dos grupos sociais locais; contextualização dos municípios envolvidos; obrigações sociais, ambientais e econômicas do vencedor da licitação; e diversos estudos de viabilidade econômica, potencial produtivo da floresta e condição logística.

Cópias impressas estarão disponíveis nas câmaras municipais e prefeituras dos municípios de Itaituba e Jacareacanga.

Após a conclusão das audiências e das apresentações, o Serviço Florestal analisará as sugestões e vai elaborar a versão final do edital. Com a publicação do edital é aberto um prazo de pelo menos 45 dias para o recebimento das propostas técnicas e de preço.

Publicado: segunda-feira, 26 de abril de 2010, 13h34.

Comércio solidário de Extrativistas do Juruá viabiliza produtos da floresta

Como idéias simples e engenhosas, associadas a organização comunitária, podem transformar realidades locais

Compras planejadas e realizadas coletivamente e vendas em cantinas comunitárias foram as soluções encontradas por ribeirinhos do rio Juruá, no Amazonas, para melhorar o abastecimento de gêneros alimentícios em comunidades isoladas e comercializar os produtos da floresta. O projeto Comércio Ribeirinho Solidário - implantado há oito meses em algumas comunidades da Reserva Extrativista (Resex) do Médio Juruá e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) estadual Uacari - foi visitado por integrantes do Serviço Florestal Brasileiro e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), entre 5 e 10 de abril de 2010.

Antes deste projeto, as comunidades ribeirinhas, formadas por seringueiros, pescadores e agricultores, viajavam de três horas a três dias em canoas com pequenos motores para comprar alimentos e outros itens na cidade mais próxima das reservas: Carauari. O gasto com o combustível na viagem, no entanto, consumia grande parte do recurso que seria usado nas compras e tornava essa opção inviável para as famílias mais pobres. A alternativa era se submeter aos "regatões", atravessadores que vendem produtos a preços muito acima da média das cidades próximas.

Para contornar essa situação, a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), em parceria com o CNS (Conselho Nacional das Populações Extrativistas) e a AMARU (Associação dos Moradores da RDS Uacari) organizaram o programa Comércio Ribeirinho Solidário do Médio Juruá. As comunidades decidem em assembléia 60 itens essenciais, que todo mês são comprados em Manaus, onde os preços são mais baixos. Os produtos são distribuídos nas comunidades pelo barco da ASPROC. Eles são vendidos em cantinas comunitárias, onde trabalha uma pessoa do lugar, que recebe treinamento de noções básicas de contabilidade. Dessa forma, os ribeirinhos compram os alimentos por preços iguais aos de um mercado em Carauari. Em média, os preços são 50% mais baixos que os do "regatão". Para alguns itens, como o sal, a diferença chega a 198%. As comunidades podem pagar pelos produtos em dinheiro ou trocar por produtos da floresta (borracha, vassoura de cipó, farinha, óleo de andiroba...), também acordados em assembléia, que são depois comercializados pela associação. Não são aceitos produtos, como caça ilegal e itens fora da lista acertada.

Para Manoel Cruz, presidente da ASPROC, os principais benefícios trazidos pelo projeto foram o aumento do poder de compra para mais de 500 famílias ribeirinhas, melhoria do abastecimento de alimentos e o fortalecimento das organizações da comunidade. No entanto, a demanda da comunidade ainda é maior - em quantidade e variedade - do que os itens oferecidos pelas cantinas. Segundo, Cruz, para resolver esse problema, eles precisam aumentar o capital de giro da ASPROC. O capital inicial para o projeto veio de crédito individual dos associados, do Conselho Nacional da População Extrativista e da AMARU, totalizando cerca de 150 mil reais. Eles também precisam de apoio para implantar novos pontos de venda e para adquirir um barco com capacidade de transportar os produtos.

Na avaliação da diretora do Serviço Florestal, Cláudia Ramos-Azevedo, que visitou o projeto no rio Juruá, é notável o progresso atingido por meio de boas idéias e forte empenho da associação. "Esta é uma região que pode servir de exemplo em programas de intercâmbio de lideranças e onde um apoio de qualidade pode resultar em saltos de progressos.", analisa. O Serviço Florestal iniciou o contato com as lideranças comunitárias e pretende apoiar a comunidade por meio de cursos de cooperativismo e associativismo para fortalecer ainda mais a organização e aperfeiçoar o gerenciamento dos projetos.

Publicado: quinta-feira, 22 de abril de 2010, 13h39.

Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro Procura Candidatos à Chefe de Divisão de Comunicação

O Serviço Florestal Brasileiro inicia o processo de seleção do Chefe de Divisão de Comunicação.

1. Público alvo

Ter formação na área de comunicação, relações públicas ou áreas afins.

2. Atribuições

O Chefe da Divisão de Comunicação terá as seguintes atribuições:

- Propor ao Conselho Diretor a política de comunicação social da instituição, contendo os princípios amplos e claros sobre os objetivos a serem perseguidos pelas atividades de Comunicação da instituição;
- Estabelecer o plano anual de comunicação com a função de estruturar concretamente as principais idéias, estratégias e programações para todas as atividades futuras da assessoria de comunicação;
- Gerenciar a informação produzida pelo Serviço Florestal e relacionada as atividades do órgão, estabelecendo um fluxo tanto com o público interno quanto externo;
- Administrar o conteúdo do portal e intranet do SFB;
- Planejar, coordenar e executar a política de Comunicação Social do Serviço Florestal Brasileiro, em consonância com as diretrizes de comunicação da Presidência da República;
- Comunicar aos dirigentes todos os assuntos de interesse do Serviço Florestal Brasileiro veiculados nos meios de comunicação, inclusive com a elaboração e reprodução de resenha de notícias jornalísticas do Serviço Florestal Brasileiro;
- Atender às solicitações de informação dos meios de comunicação e responder aos questionamentos relativos às ações do Serviço Florestal Brasileiro;
- Organizar e acompanhar as entrevistas concedidas à imprensa pelos Diretores e demais autoridades do Serviço Florestal Brasileiro;
- Propor, desenvolver, coordenar e executar estratégias e atividades relacionadas à publicidade institucional do Serviço Florestal Brasileiro, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Diretor;
- Organizar e manter, em consonância com os demais setores, a página do Serviço Florestal Brasileiro na Rede Mundial de Computadores - Internet, assim como sua intranet;

- Manter mecanismo de interlocução com a sociedade e providenciar o encaminhamento interno e acompanhar as demandas e os pedidos de informação ou esclarecimento recebidos;
- Desenvolver projetos de mobilização, educação e prevenção;
- Estabelecer a estrutura da assessoria de comunicação;
- Orientar a equipe de comunicação em suas atividades.

3. Especificidades do cargo

Trata-se de cargo de livre nomeação e exoneração de Chefe de Divisão de Comunicação, vinculado ao Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, com sede em Brasília, DF. O Chefe da Divisão de Comunicação fará jus a um DAS 101.2, observado o disposto na Lei no 10.470, de 25 de junho de 2002.

Incentiva-se a participação de servidores públicos federais.

A imagem não pode ser exibida. Talvez o computador não tenha memória suficiente para abrir a imagem ou talvez ela esteja corrompida. Reinicie o computador e abra o arquivo novamente. Se ainda assim aparecer o x vermelho, poderá ser necessário excluir a imagem e inseri-la novamente.

4. Forma de participar

Os candidatos deverão enviar cartas de inscrição para o cargo até o dia 07 de maio de 2010, para o endereço eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro, gabinete@florestal.gov.br, acompanhadas de curriculum vitae do candidato. Apenas os candidatos selecionados serão notificados quanto dia e hora para uma entrevista.

Publicado: terça-feira, 20 de abril de 2010, 13h48.

MMA e Serviço Florestal promovem curso sobre REDD

Capacitação foi voltada a 38 técnicos do governo, inclusive ICMBio e Funai

O Brasil tem um papel central nas discussões internacionais sobre Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (REDD) e potencial para adotar projetos na área por ter mais de 60% de área coberta por florestas. Para capacitar os técnicos do governo que lidam com o tema, o Serviço Florestal Brasileiro e a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, com apoio da GTZ, InWent e CATIE, promoveram um curso sobre o assunto, no período de 19 à 23 abril, no Cenaflor, em Brasília.

Foram 38 participantes entre servidores do MMA, Serviço Florestal, Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além de representantes dos governos estaduais do Acre, Pará e Amazonas.

"Ao conhecer mais profundamente as relações entre florestas e mudanças climáticas, podemos orientar nossa ação de forma coordenada para desenvolver os instrumentos e informações que serão necessários para um adequado posicionamento do país e para um melhor aproveitamento das oportunidades que se abrem nesta agenda", disse o gerente de Fomento do Serviço Florestal, Marco Conde.

O curso abordou os tópicos Relação entre florestas e mudanças climáticas, Contexto internacional das mudanças climáticas e florestas, Metodologias de quantificação de carbono, Florestas e o mercado de carbono, Serviços ambientais e REDD: conceitos e metodologia, Monitoramento da cobertura florestal e modelagem de cenários, Abordagens nacionais e internacionais para REDD e Padrões para projetos de REDD.

REDD

A degradação de florestas corresponde hoje a quase 20% do total de emissões de gases do efeito estufa. Com o intuito de reduzir as emissões provenientes dessa fonte, foi proposto o mecanismo de REDD, que envolve a compensação financeira pela manutenção da floresta em pé.

Esse instrumento surgiu nas discussões internacionais do clima pela primeira vez em 2005, na Conferência das Partes (COP) realizada em Montreal (Canadá) e ganhou força em 2007, quando o Plano de Ação de Bali, elaborado na COP-13, incentivou a realização de projetos demonstrativos de REDD.

O Curso de Capacitação em REDD teve como palestrantes técnicos do MMA, Universidade Federal do Paraná, Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), GTZ e CATIE.

A avaliação do curso pelos participantes foi bem positiva, e os organizadores já estão articulando para propor um segundo módulo. Nesta primeira versão do curso, procurou-se aprofundar sobre os conceitos e questões metodológicas relacionados ao REDD. A segunda versão terá um caráter mais prático, operacional e propositivo, e será definido conforme as demandas identificadas durante o curso.

Publicado: segunda-feira, 19 de abril de 2010, 14h00.

Gestão de florestas públicas une apoio ao setor produtivo e às comunidades

Novos editais de concessão e plano de manejo comunitário ajudam a fomentar uso sustentável das florestas. Dados estão no Relatório de Gestão 2009 do Serviço Florestal

A gestão das florestas públicas avançou nos últimos anos com ações voltadas para o setor produtivo, comunidades e realização de estudos e levantamento sobre as florestas brasileiras. Os dados estão no Relatório de Gestão 2009 do Serviço Florestal Brasileiro, disponível em www.florestal.gov.br.

"O Serviço Florestal é uma instituição que já mostrou seu papel histórico nas conquistas ambientais do País. As florestas assumem um papel fundamental para o futuro do planeta. E estamos contribuindo e fortalecendo as ações que levam à manutenção dos recursos florestais brasileiros, aliada à geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes", afirma o diretor-geral Antônio Carlos Hummel.

A produção de madeira da primeira área de concessão, na Floresta Nacional (Flona) do Jamari, em Rondônia, deve começar este ano, e o processo de licitação na Flona de Saracá-Taquera, no Pará, está na fase de análise dos documentos apresentados pelos concorrentes ao edital. Ainda este mês deve ser lançado o edital para a Flona do Amana, na região da BR-163, também no Pará.

A intenção é chegar ao final de 2010 com 1 milhão de hectares sob concessão. O mecanismo, criado pela Lei 11.284/06 possibilita que empresas tenham acesso a áreas legalizadas para exploração sustentável de madeira mediante o pagamento ao governo.

Para estimular o manejo também entre comunidades, o Serviço Florestal tem apoiado assentados da reforma agrária no Pará, Amazonas e Rondônia, quilombolas no Alto Trombetas (PA) e associações como a Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona). A Coomflona, uma das iniciativas mais bem sucedidas de manejo comunitário no país, obteve R\$ 2,6 milhões de renda bruta no ano passado com a venda de 13,4 mil m³ de madeira.

Comunitários da região Nordeste também foram atendidos e 13 assentamentos em Pernambuco receberam assistência técnica. Este ano, as atividades de manejo comunitário na Amazônia e Caatinga serão ampliados, com 85 municípios e cerca de 18 mil famílias beneficiadas pelo Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Conhecimento

As ações desenvolvidas pelo Serviço Florestal envolvem estudos sobre as áreas de floresta no Brasil. Uma dessas iniciativas é cadastrar as áreas de floresta pública -

unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos, terras devolutas etc - que chegam a 239 milhões de hectares.

Para subsidiar o planejamento de políticas públicas, está em condução o Inventário Florestal Nacional. Amostras de solo e plantas vão ser coletados em mais de 20 mil pontos no país para traçar um panorama do estado da cobertura florestal, estoque de biomassa e carbono, entre outras informações.

As atividades para monitoramento das concessões, pesquisas do Laboratório de Produtos Florestais, participação em fóruns mundiais sobre mudança do clima e fortalecimento da atuação da sociedade estão detalhadas no Relatório de Gestão 2009, que tem 88 páginas.

Publicado: terça-feira, 13 de abril de 2010, 14h06.

Serviço Florestal promove inventário de florestas do RS

O Serviço Florestal Brasileiro e a Secretaria de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul assinaram no dia 31 um acordo de cooperação para implementar o Inventário Florestal Nacional (IFN) no estado.

"A parceria reforça a consolidação do processo de descentralização da gestão florestal e cria condições institucionais efetivas para realização dos trabalhos, tendo em vista que a atividade exige soma considerável de recursos técnicos e financeiros", diz o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

O IFN abrangerá todas as unidades da federação e contará com mais de 20 mil pontos de amostragem em todo o país. As atividades em campo estão previstas para começar em 2010 e vão trazer, entre outros, dados sobre tipo de cobertura florestal, estoque de biomassa e carbono e características dos solos florestais.

Com as informações do IFN, será possível formar o panorama da qualidade das florestas e conhecer a dinâmica da cobertura do solo. Uma de suas maiores contribuições será subsidiar a formulação de políticas públicas e a tomada de decisão pelos gestores públicos que garantam o uso sustentável dos recursos florestais e a manutenção da biodiversidade das espécies florestais.

Cooperação

O acordo prevê que o Serviço Florestal forneça informações para o desenvolvimento do IFN no Rio Grande do Sul e, entre outras atribuições, elabore o planejamento técnico e logístico para a atividade. Parcerias firmadas com universidades da região vão assegurar o controle de qualidade do trabalho em campo.

Já a Sema vai apoiar o desenvolvimento do IFN no estado e utilizará as informações produzidas no âmbito de seu plano estadual de mudanças climáticas. O estado também ajudará no fomento à capacitação de servidores e no acesso das equipes às áreas de conservação estaduais ou de acesso restrito.

As atividades em cooperação estão detalhadas em um plano de trabalho e começam já no mês de maio, com a divulgação do projeto a instituições e grupos de interesse locais e levantamento de informações sobre o estado para subsidiar o planejamento do IFN.

O Serviço Florestal firmou acordos de cooperação semelhantes com os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A intenção é ter o apoio das demais unidades da federação.

Publicado: terça-feira, 06 de abril de 2010, 14h10.

Serviço Florestal busca parceria com Territórios da Cidadania para o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar

Participantes de debate no II Salão dos Territórios consideram o manejo florestal importante para desenvolvimento das comunidades

As comunidades organizadas dentro programa Territórios da Cidadania devem participar da elaboração do Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar (PAMCF) 2011. O Serviço Florestal deu o primeiro passo para estabelecer essa parceria ao participar do II Salão dos Territórios, que ocorreu entre 22 e 25 de março em Brasília.

O Serviço Florestal organizou um debate durante o Salão, onde apresentou o PAMFC 2010 para beneficiários do Territórios da Cidadania - um programa do governo federal que integra ações de diversos ministérios voltadas para as 120 micro-regiões mais carentes do país. Segundo Andrea Oncala, da Gerência de Florestas Comunitárias do Serviço Florestal, a proposta do evento era discutir como as comunidades dos Territórios poderiam participar do monitoramento do PAMFC 2010 - que está em execução e prevê ações em áreas de 14 Territórios - e da elaboração do PAMFC 2011. Os participantes do debate entenderam a importância de participar do processo de elaboração e monitoramento dos PAMFCs, como forma de proporcionar maior efetividade e capilaridade nas ações de governo voltadas ao manejo florestal comunitário e familiar. Eles são membros dos Colegiados Territoriais, instância participativa local dos Territórios.

O Plano foi elaborado pelo comitê gestor do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, composto por integrantes do Ministério do Meio Ambiente, dentre estes do Serviço Florestal Brasileiro, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dentre estes do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra). Com o intuito

de ampliar a participação da sociedade civil no processo de construção do Plano, o comitê gestor instituiu um grupo de trabalho com 11 entidades da sociedade civil. A articulação com as Comissões de Articulação Estadual (CAE) dos Territórios seria uma forma de aumentar o envolvimento dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares dos Territórios com o PAMCF 2011.

"A participação das Comissões dos Territórios é de grande importância para o Plano, pois eles ajudarão a identificar melhor as demandas das comunidades para que as ações tenham relação mais estreita com a realidade.", comenta Andrea. Além disso, a articulação com o programa Territórios da Cidadania aumentaria a rede de parceiros governamentais e não-governamentais do Plano. Com mais envolvimento de pessoas e organismos locais, espera-se que a implementação do Plano seja ainda mais eficaz e o impacto das ações seja maior.

A articulação do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar com o programa Territórios da Cidadania promoveria a integração das ações de manejo com os outros projetos implementados dentro dos Territórios. "A rede dos Territórios tem grande permeabilidade, envolve diversos ministérios e segmentos da sociedade civil, então a parceria também é importante para aumentar a divulgação do manejo como opção de sustentabilidade ambiental e econômica na zona rural.", avalia Andrea.

O comitê gestor do Plano avaliará como pode ocorrer efetivamente a articulação com os CAE dos Territórios. Esta instância tem participação paritária entre governo e os representantes dos coletivos territoriais da sociedade civil.

Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar

O Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar (PAMCF) 2010 foi lançado em dezembro de 2009 e vai beneficiar quase 18 mil famílias de 85 municípios em sete estados da Amazônia.

O Plano Anual tem a missão de estimular o manejo florestal sustentável, que envolve a extração de madeira e de produtos não madeireiros - óleos, resinas, cascas e sementes - para ribeirinhos, assentados da reforma agrária, extrativistas, quilombolas e indígenas, entre outros habitantes de florestas comunitárias.

Entre as atividades a serem realizadas estão a capacitação em empreendedorismo, manejo, gestão financeira, boas práticas para produção florestal, a regularização ambiental, e construção e reforma de 4.200 casas em assentamentos. O Plano prevê R\$ 40 milhões, sendo que 17 milhões estão voltados para o financiamento, via Pronaf Florestal, do manejo florestal, silvicultura e sistemas agroflorestais.

Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar

O PAMCF 2010 é o primeiro a ser produzido após a assinatura, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Decreto 6.874/09, que instituiu o Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Todo ano, serão lançados planos anuais com metas para o ano seguinte.

Ajudaram a formular o PAMCF 2010 a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNABF), Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), União Nacional das Escolas de Famílias Agrícolas no Brasil (Unefab), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Todas essas organizações fazem parte do GT de apoio ao Comitê Gestor do Programa.

Publicado: quinta-feira, 01 de abril de 2010, 14h15.